

Associação Nacional de Sargentos Associação de Praças



ANS



AP

COMUNICADO CONJUNTO (09JUN2010)

SAÚDE MILITAR: JORNADA DE REFLEXÃO

Respondendo ao apelo lançado pelas ANS – Associação Nacional de Sargentos e AP – Associação de Praças para a realização de uma “Jornada Nacional de Reflexão”, nas unidades militares, durante a hora do almoço de hoje, na sequência de decisão da última reunião do Conselho Superior Militar de encerrar os Hospitais Militares de Belém, Marinha e Força Aérea, são elucidativos os resultados que demonstram a preocupação sentida pelos militares relativamente ao futuro da assistência médica e hospitalar, para si e para os seus familiares.

É significativamente elevada a adesão dos Sargentos e Praças, dos três Ramos das Forças Armadas, a esta iniciativa em unidades do território nacional – continente e ilhas, tendo havido igualmente adesão por parte de inúmeros Oficiais.

Existe inclusivamente a informação da adesão a cem por cento, por parte dos Oficiais, Sargentos e Praças, de uma unidade militar da área da Grande Lisboa.

O que está em causa não é a necessária, urgente e tantas vezes assumida e defendida pelas associações, reestruturação do sistema hospitalar e assistencial da Saúde Militar, mas a forma atabalhoada como o processo vem sendo conduzido por algumas chefias militares e particularmente pelo poder político.

É conveniente recordar as afirmações do Senhor Ministro da Defesa Nacional, no passado dia 10 de Maio, no Instituto de Defesa Nacional quando referiu que *“se soubermos ser claros e rigorosos, dois terços dos problemas estarão resolvidos”* sobre a necessidade de *“desenvolver a profissionalização e o profissionalismo na condição militar”* que se traduz no respeito *“pela especificidade da condição militar”* e na *“valorização das condições de trabalho, remuneração e protecção”* dos militares, *“conduzindo uma política de integração e diálogo maduro com o associativismo socio profissional”*. Referindo ainda que as APM *“representam os seus filiados (e) têm o seu lugar, devem ser envolvidas no acompanhamento”* das matérias socioprofissionais, *“nada disto conflitua”* com os poderes de *“comando, tutela e representação”* das chefias, (conforme artigo publicado no “Diário de Notícias”, edição de 11 de Maio de 2010). Palavras vazias de sentido quando sobre a matéria em apreço as associações foram remetidas para o “zero absoluto, informativo e participativo”, contrariando o articulado na Lei vigente sobre o associativismo socioprofissional dos militares.

Reforçando as preocupações quanto ao futuro da Saúde Militar, é com um misto de surpresa e desgosto que somos confrontados com a publicação do Decreto-Lei n.º 58/2010, de 7 de Junho, criando o COSM – Conselho da Saúde Militar, em que continua claro o afastamento das associações militares mas em que, e contrariando o apelo à contenção de despesas e aos sacrifícios, se acentua o despesismo do Estado com a criação de Comissões, que integrando elementos já pertencentes a diversos ministérios e aos Ramos das Forças Armadas, legisla no sentido de se criarem remunerações específicas para quem preside ao referido COSM bem como à distribuição de “senhas de presença” como se a integração na referida comissão não configurasse em si mesmo um acto de serviço.

Por tudo o exposto, iremos continuar Firmes e Unidos na Defesa da Condição Militar!

Lisboa, 9 de Junho de 2010

As Direcções da ANS e da AP